

## **MORAIS, Domingos de**

\* const. 1891; dep. fed. SP 1891-1896; pres. SP 1901, 1902, 1903 e 1904.

*Domingos Correia de Moraes* nasceu em Tietê (SP) no dia 12 de maio de 1851, filho de Joaquim Correia de Moraes e de Teresa de Campos Melo.

Após realizar os primeiros estudos em São Paulo, foi ainda muito jovem para os Estados Unidos, onde se formou em engenharia civil pela Universidade de Cornell, em Ithaca, estado de Nova Iorque, no ano de 1877. Regressando ao Brasil, empregou-se em São Paulo como engenheiro auxiliar da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, responsável pelo abastecimento de água potável para a população paulistana. Na ocasião foi construído o primeiro reservatório da capital, no bairro da Consolação. Chegou a chefe de seção e trabalhou na empresa até a conclusão das obras, em 1883. No ano seguinte, viajou em companhia da esposa por vários países da Europa e para os Estados Unidos. Quando regressou, foi eleito diretor e posteriormente presidente da companhia de bondes de São Paulo, exercendo esses cargos durante três anos.

Iniciou sua vida política ainda no Império, elegendo-se vereador à Câmara Municipal de São Paulo para o período de 1887-1888. Republicano desde estudante, atuou decisivamente na implantação do novo regime no Brasil. Com o advento da República, foi eleito em 15 de setembro de 1890, pelo Partido Republicano Paulista (PRP) – de cuja comissão diretora estadual foi membro de 1899 a 1890 – deputado ao Congresso Constituinte. Foi um dos signatários da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e passou então a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Não concordando com o golpe de 3 de novembro de 1891, quando o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, ficou ao lado dos legalistas. Em sua residência na rua Santo Amaro, no Rio de Janeiro, então Distrito federal, foi realizada importante reunião de senadores e deputados, ameaçados de prisão, na qual foi discutido, aceito e aprovado um manifesto dirigido à nação contra a arbitrariedade

praticada. Coube-lhe a missão de levar o documento a São Paulo, fazendo-o publicar no jornal *Correio Paulistano*, órgão do PRP, ante a impossibilidade de fazê-lo na capital federal. A publicação resultou na apreensão de exemplares e na censura policial no jornal por várias semanas, mas atingiu seu intento, com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro, após o ultimato do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear com os navios da Marinha de guerra sob seu comando a cidade do Rio de Janeiro. Com a saída de Deodoro, assumiu o poder seu substituto legal, o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas.

Em 28 de janeiro de 1892, Domingos de Moraes foi procurado pelo senador Luís Pereira Barreto, antigo presidente da Assembléia Constituinte estadual de São Paulo, que o alertou que estava em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os presidentes estaduais que estavam apoiando o marechal Floriano Peixoto. Entre eles estava o presidente em exercício de São Paulo, José Alves Cerqueira César. Barreto solicitou que Moraes fosse ao palácio e pedisse que este deixasse o cargo e assim evitasse derramamento de sangue. Após ouvir as palavras de Domingos de Moraes, Cerqueira César se recusou a deixar o cargo, e ainda afirmou que “desde aquele momento começava a esperar os acontecimentos com a calma de quem se julga bem apoiado”. Assim que a notícia da intimação correu, vários amigos e correligionários surgiram armados no palácio para defender o governo e repelir qualquer ataque de adversários.

Ainda em 1892, com a eclosão da revolução Federalista no Rio Grande do Sul, o governo de São Paulo, tendo à frente o presidente Bernardino de Campos, tomou medidas para evitar que os insurgentes invadissem o território paulista. Domingos de Moraes colocou-se à disposição, fazendo parte da comissão organizadora dos corpos de voluntários de São Paulo que foram defender a divisa com o Paraná. Por ocasião da revolta da Armada, em 1893, mais uma vez colocou-se na linha frente em defesa do regime, integrando novamente a comissão organizadora dos corpos de voluntários paulistas que seguiram para vários pontos do interior do estado ameaçados de invasão por rebeldes vindos do Sul do país.

Em 1º de março de 1894, foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896.

Deixando a Câmara dos Deputados ao fim do mandato, em 1º de dezembro de 1897 foi eleito senador estadual. Exerceu o novo mandato de 5 de abril de 1898 até 30 de abril de 1900, quando renunciou por ter sido eleito, em 15 de fevereiro, vice-presidente de São Paulo ao lado de Rodrigues Alves, eleito presidente do estado. Ambos foram empossados em 1º de maio de 1900. No período seguinte Domingos de Moraes assumiu o governo do estado: de 21 a 28 de outubro de 1901. Diante da renúncia de Rodrigues Alves para concorrer à presidência da República nas eleições de março de 1902, Domingos de Moraes assumiu o governo de 13 de fevereiro a 3 de julho de 1902. Nessa data tomou posse Bernardino de Campos, eleito para completar o mandato de Rodrigues Alves, permanecendo Domingos de Moraes como vice. Com o afastamento do titular por motivo de saúde, novamente assumiu o governo, de 4 de maio a 8 de julho de 1903, e de 10 de janeiro a 31 de março de 1904.

Após deixar o cargo de vice-presidente do estado em 1º de maio de 1904, data da posse de Jorge Tibiriçá como novo presidente estadual, retirou-se da vida pública, passando a residir em sua importante propriedade agrícola na cidade de Batatais e dedicando-se aos seus negócios. Foi diretor-secretário da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, posteriormente Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Faleceu em São Paulo no dia 15 de dezembro de 1917.

Era casado com Carolina de Queirós Moraes, filha dos barões de Limeira, com quem teve quatro filhos.

*Antônio Sérgio Ribeiro*

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (16/12/1917); EGAS, E. *Galeria* (v.3); RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*.